



Memórias da Educação: professoras primárias no interior paulista (1940-1950)¹

Teaching Memories: female teachers in the São Paulo state country side (1940-1950)

Jane Soares de Almeida
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

A memória feminina usada como fonte de pesquisa histórica apresenta paradoxos entre os fatos da realidade objetiva e o desejo de ser e realizar que costumam estar implícitos na fala das mulheres. Este trabalho está voltado para a reconstituição da vida de professoras nos anos 1940 e 1950, numa cidade de porte médio do interior paulista. Essas mulheres fizeram do magistério um objetivo que lhes proporcionou motivo de orgulho pelo que conseguiram realizar. Nos seus testemunhos foi possível detectar que os vários matizes que compõem o universo feminino como o casamento e a maternidade não estão dissociados da profissão de professora, servindo mesmo para justificar a opção pela carreira. As suas lembranças também possibilitaram recuperar um passado feminino representado por interfaces de existências transcorridas no interior do Estado e compor um panorama da sua vida pessoal e profissional, assim como as escolhas realizadas dentro da perspectiva de ser mulher.

Palavras-chave: Mulheres. Professoras. Magistério. Sociabilidade. Feminização. Educação.

Abstract

The female memories was employed as a historical research source expose a paradox between the real facts and the will of being and to accomplish that usually belongs to the women speech. This text is about the life reconstitution of female professors in the 40's and 50's, in a middle size city in the São Paulo state country side. The professorship of these women made them pride of it. By the listening of their testimonies was detect that several traditions that belongs to the female universe, as marriage and motherhood, are not detached from the teacher profession, on the contrary, it strengthen their career option. Their memories also allowed to rescue a female past, represented by lives interfaces that occurred in the São Paulo state country side, and to make a wide panorama on their personal and professional lives. It also became possible to understand the educational choices made by a female perspective.

Keywords: Women. Female teachers. Professorship. Sociability. Feminization. Teaching.

Introdução

Philippe Ariès (1992) ao referir-se à memória observa que esta constrói-se na vida privada e na vida pública, mas não sobre a relação entre ambas. O homem de hoje, diferentemente do homem do século XIX, não transita de forma independente nessas duas instâncias sociais². As memórias seriam *testemunhos de tempo* e não possuiriam uma relação direta entre a pessoa privada e a História. Portanto, acontecimentos públicos como guerras, revoluções e crises que irromperam na vida dos seres humanos não lograram afastá-los de suas tradições.

O mesmo é confirmado por Thompson (1992) ao atribuir a toda fonte histórica derivada da percepção humana os atributos de subjetividade. As histórias de vida evocadas pela memória fazem parte de um universo mais amplo e rico que permanece oculto ao historiador quando recorre a essas fontes. Esse universo é representado pelos silêncios, as pausas, os olhos que se voltam para o passado apegados às suas crenças e seus valores; são as evasões, a necessidade de convencer ou de esclarecer e que emergem da intimidade, expondo o conflito entre expor-se ou preservar-se do olhar alheio. Assim, a memória também está impregnada do simbolismo das construções verbais e culturais que cada ser humano incorpora ao longo de sua vida e nesse simbolismo os papéis sexuais ocupam um espaço importante.

As mulheres, muito mais do que os homens, sofrem nítidas diferenciações que enfrentam ao longo da vida, assim como são fortes os condicionamentos e os obstáculos que lhes impõem as opções profissionais e pessoais dado que suas vidas não são transcorridas solitariamente e nelas existir a figura do outro, o que impõe definidas relações de alteridade. Essas determinações, do ponto de vista das simbologias sociais, podem ser a representada pela sociedade em sua forma abstrata, pelo mundo do trabalho e da produção, pela cultura e as pessoas de seu círculo de afetividade e de relações. No entrecruzamento do público e privado, embora as mulheres percebam, claramente ou não, os mecanismos que provocam e sustentam a desigualdade, não chegam a vislumbrar saídas para uma situação que lhes é imposta externamente, derivada das relações erigidas numa sociedade androcêntrica, construída sobre relações de poder e mantenedora da tradição. Submetidas a esse poder, as mulheres intentam desenvolver práticas pessoais e existenciais em busca da realização como indivíduos, onde a



vivência profissional e a remuneração econômica também são metas a serem atingidas. Esses esforços são tanto mais dificultosos quando se atenta para as desigualdades decorrentes da diferenciação sexual, pois além do plano objetivo, as formulações ideológicas e simbólicas colocam representações acerca das mulheres que lhes acentuam as dificuldades de galgar uma posição no mundo do trabalho, fazer-se respeitar como seres humanos e até mesmo realizarem-se afetivamente com autonomia. Isso deriva do fato de que a masculinidade e a feminilidade são definidas desde a infância, muito antes que as diferenças entre os sexos tenham qualquer significado imediato, por meio do simbolismo cultural do gênero embutido na linguagem.

De acordo com Thompson isso tem

[...] ajudado as feministas a mostrar as inadequações de deduções diretas a partir das diferenças entre o desempenho masculino e feminino, e a vacuidade de políticas de igualdade que ignoram o peso da cultura. Imediatamente a partir desses momentos iniciais do desenvolvimento da consciência social, a menina pequena aprende que é uma fêmea que ingressa numa cultura que privilegia a masculinidade e, por isso, privilegia os homens, exatamente como na linguagem a forma masculina tem sempre prioridade como regra, e a forma feminina só entra como exceção. Para assumir um lugar positivo no mundo da cultura, ela tem que lutar desde o início; mas é uma luta desigual. [...] A internalização dessas atitudes revela-se com igual clareza, como têm descoberto os historiadores orais, nas diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres mais idosos utilizam a linguagem. (THOMPSON, 1992, p. 203).

79

Nessa maneira de utilizar a linguagem, os homens mostram tendência de referirem-se às suas vidas, relatarem suas experiências, situarem-se como protagonistas ativos, enquanto as mulheres as nomeiam em termos das relações, incluindo as vidas de outras pessoas como parte da sua própria, ou seja, mantêm a alteridade em primeiro plano como se sua existência fosse despossuída de significado se não houver a figura do outro.

Portanto, nos relatos de histórias de vida a memória ocupa um papel que, ao mesmo tempo que busca reconstruir o passado e revesti-lo do halo dourado evocado pela saudade da infância e da juventude, também intenta destruir aspectos que intencionalmente não se quer fazer emergir, ressaltando

o que foi positivo e omitindo o negativo, num recurso muito humano de dar tonalidades oníricas àquilo que se viveu.

Lovisoló (1989) observa que é possível escrever uma história das mentalidades tomando como fio condutor a memória e que essa história:

[...] nos proporcionaria constelações contraditórias de representações e práticas, de sentimentos e atitudes, e de valores organizados em torno da memória. Esta se desdobraria em individual e coletiva, fiel e infiel, objetiva e subjetiva, texto e monumento, oral e escrita, entre outras polarizações. Mais ainda, veríamos suas variadas conceituações entrarem em relação com a mudança e a ordem, com o hábito e o entendimento, com o privado e o público, com a honra e a vergonha, com a cegueira e a luz, para mencionar somente algumas poucas das categorias que semeiam nossas construções de pensamento sobre o social. (LAVISOLO, 1989, p. 18).

Muitas vezes é quase impossível ao pesquisador deixar de participar da construção lingüística e da expressão corporal do entrevistado e assumir um distanciamento ditado por um desejo de neutralidade na hora de transformar os testemunhos vivos em texto. Na ausência dos atores, o texto torna-se árido, despido das emoções e das entonações que dão vida à linguagem. Nesse trabalho de análise retira-se da linguagem oral toda e qualquer paixão. Mas, à medida que, ao final do processo analítico, a síntese emerge, com ela ressurgem aspectos surpreendentes que conseguem novamente colocar em cena o ser e sua carga de experiência de vida. Ao elaborar a síntese também se pode construir a História, uma micro-história transcorrida no anonimato de seres comuns, sem grandes tragédias, sem grandes realizações, porém impregnada do próprio sentido e significado da existência.

A voz das professoras

Na pesquisa que realizamos em 1995, por ocasião da elaboração da tese de doutoramento³, foram longamente entrevistadas quatro professoras primárias aposentadas, nascidas nos anos de 1920/30 e que exerceram a profissão nas décadas de 1940-1950.



Nas suas lembranças sobre o magistério afirmaram que no tempo em que lecionaram possuíam prestígio social, eram respeitadas como mestras e como pessoas, e que a profissão detinha um estatuto elevado, comparável ao de médicos, juizes, delegados, promotores e advogados. Suas memórias colocaram os professores no centro da atividade escolar e estes chegaram mesmo a ser comparados a *deuses*. A respeito da Escola Normal consideravam-na de excelente nível, de rara oportunidade educacional para moças e rapazes e todas foram unânimes em assegurar que tiveram uma educação familiar e uma instrução escolar esmeradas. Baseando-nos em seu testemunho, em seus gestos, seus olhares, seus momentos de dor e alegria, que pudemos reconstruir parcialmente essa trajetória.

Para essas professoras o fato do magistério ser uma profissão feminizada foi um processo natural, pois homens e mulheres sempre foram capazes de terem desempenhos igualmente satisfatórios, embora estas últimas fossem *mais meigas e amorosas*. Os homens eram melhor talhados para os cargos de direção das escolas por serem mais *calados, disciplinados, enérgicos e exigentes*. Em nenhum momento colocaram-se como vítimas de uma sociedade organizada segundo o modelo patriarcal e raramente manifestaram algum sentimento mais veemente em relação às desigualdades sexuais, tendo-as como padrões aceitos e pouco questionáveis. Esses testemunhos mostraram que não só das relações objetivas concretas a profissão foi se desenvolvendo desde o início da sua feminização, mas houve componentes das esferas subjetivas como prazer, satisfação, afeto pelos alunos que também fizeram parte da realização pessoal que se pode conseguir do desempenho profissional da docência.

Pelos seus testemunhos foi possível reconstruir o quadro social ao qual pertenceram e reinterpretar alguns vestígios de sua história pessoal e profissional, que puderam, mesmo com as devidas restrições, serem incorporados à compreensão histórica da vida no período. Essas professoras pertenceram a uma classe social de médio extrato que partilhava de acesso aos bens materiais e culturais em uma cidade de porte médio do interior paulista e se dedicaram ao magistério de crianças até os anos iniciais da segunda metade do século. De seus depoimentos constam lembranças sobre seu tempo de Escola Normal, a vida familiar, o casamento, a maternidade, a vida social e profissional.

Lembranças de professoras: retratos de um tempo, emergência de saberes

As cidades do interior do Estado de São Paulo e de outros estados brasileiros, costumam favorecer hábitos e costumes distintos das capitais e desenvolver um espaço da sociabilidade onde normas e valores permanecem por mais tempo apegados às tradições. Isso é rompido a espaços com o avanço da industrialização e do desenvolvimento, assim como da ampliação da urbanização. Nesse espaço a cultura se insere no cotidiano das classes sociais e se mescla, entre outras simbologias, com suas representações acerca dos papéis sexuais. Um agente cultural e meio de comunicação que muito se popularizou no interior paulista foi o cinema que desde o início invadiu a vida pública e o espaço privado, e transcendeu as mentalidades da época com uma magia que fascinava a todos, homens e mulheres. Atuava no imaginário e transpunha as fronteiras do mundo provinciano, agindo nas simbolizações e nas expectativas acerca dos papéis sexuais.

82

Ao desvendar novos espaços femininos também veiculava comportamentos vistos como avançados e que os segmentos conservadores da sociedade consideravam nocivos para a boa formação das moças ao expor modos de agir e pensar incompatíveis com uma sociedade que se queria culta, organizada e o mais moralizada possível, devidamente vistoriada pela sombra onipotente da Igreja Católica. Porém, ao longo dos anos seu apelo tornou-se irresistível e as mulheres identificaram-se com as estrelas tornadas próximas pelo *cinematógrafo* e deslumbraram-se com as vidas dos heróis e dos grandes amantes das telas, que traziam para o mundo interiorano cercado por sólidas paredes a visão de uma vida alternativa e comportamentos eram imitados, mundos eram transpostos e fronteiras deixavam simbolicamente de existir. E tudo isso, lentamente influía na cultura social, mesmo que a princípio suas ilusões tenham permanecido resguardadas no íntimo das jovens românticas. As moças das cidades do interior também podiam partilhar de um outro universo cultural, assinando as revistas femininas e lendo os suplementos dos jornais, além daqueles pequenos panfletos publicados na comunidade. Mas foi o cinema que introduziu no seu cotidiano as imagens de vanguarda, as mulheres emancipadas de longas cigarrilhas entre os dedos e as apaixonadas, as aventureiras, as grandes românticas mostrando outros mundos e novas maneiras de viver.



Desde os anos 1920 o cinema norte-americano já havia começado a produzir grande impacto no panorama mundial da diversão e foi aceito imediatamente pelo povo brasileiro, em especial pelas mulheres que viram abrir-se uma nova forma de lazer:

O cinema foi conquistando especialmente o público feminino. Tanto nos filmes estrangeiros quanto nos nacionais – estes marcados por uma postura mimética em relação às produções americanas – a representação da personagem feminina enquanto mulher sedutora ou garota trabalhadora (*working girl*) independente impôs-se progressivamente sobre o imaginário da sociedade brasileira, ainda fortemente marcada por valores patriarcais. [...] O poder da imagem cinematográfica incidiu, portanto, não apenas nas condições materiais de vida das mulheres, mas e sobretudo no imaginário feminino da época influenciando-o, propiciando mudanças significativas nas formas de representação do mundo e de si próprias. (BICALHO, 1989, p. 95).

A magia e o poder de sedução do cinema marcou o imaginário feminino e atuou como órgão difusor de mentalidades, comportamentos e novos valores, servindo, inclusive, para a construção de uma identidade social diferente daquela do século anterior. As primeiras salas que utilizavam o moderno cinematógrafo surgiram no Brasil por volta de 1896 e nas décadas de 1920/1930/1940 já faziam parte do lazer cotidiano das capitais e de quase todas as cidades do interior e tinham conquistado em definitivo o interesse da população. Outro veículo de comunicação, o rádio agia como o maior veículo informativo e estava ao alcance de qualquer cidadão. Era o agente catalisador e socializador ao veicular as mesmas notícias e os mesmos acontecimentos para todos por se difundir no interior das residências e ser de fácil acesso.

A Igreja reinava todo poderosa entre a maioria católica e tinha espaço garantido na vida social. Por isso, ir à missa, batizar os filhos, fazer a primeira comunhão eram rituais valorizados e o casamento religioso imbuía-se de um significado simbólico muito maior do que o civil ao incorporar os valores tradicionais da sociedade. Os clubes, locais privilegiados para os encontros sociais das classes dominantes, os bailes e saraus dançantes, faziam parte importante desse universo, onde todos se encontravam, se falavam e se conheciam. Nesse universo a classe média estabeleceu seus laços

e seus limites, escolhendo escolas para os filhos que veiculavam a mesma educação, as mesmas expectativas de realização, compondo um quadro social onde as mulheres eram avaliadas pela beleza física, religiosidade, valores morais e prendas domésticas. Alguns lustros de cultura eram desejados e o conhecimento de uma outra língua, arte, poesia e literatura sempre impressionavam. Existia um espaço que situava-se no plano simbólico e fazia com que os desejos e aspirações fossem coletivos e nesse plano ancorava-se a individualidade, delineada no território ambíguo das mentalidades e do imaginário da época. As mulheres que ali transitavam eram as mães de família preocupadas com a casa e com os filhos; eram moças sonhando com a felicidade proporcionada por um casamento seguro enquanto bordavam preciosos enxovais; eram filhas buscando corresponder às expectativas dos pais; eram as jovens que se dirigiam para as escolas normais para complementar seus estudos e obter um diploma. Para culminar esse quadro bucólico de perfeição social se pudessem ter uma profissão que lhes possibilitasse uma certa independência e um pouco de liberdade, isso poderia significar um grande passo para a sua realização.

84

Assim, aspiravam por uma profissão que não exigisse romper barreiras sociais comprometendo o casamento e a maternidade ou causando conflitos familiares. Bastava que o trabalho fosse honesto, digno e que lhes permitisse cuidar do lar e do marido e filhos, e ainda proporcionar um certo conforto pelo salário recebido. Essas mulheres procuravam uma identidade no contexto do simbólico e da cidade, buscavam o prestígio social e principalmente cumpriam um *dever sagrado*, ao mesmo tempo que alardeavam uma vocação que, por sua vez, justificava o desejo de seguir uma carreira que era comparada a um sacerdócio.

Com o tempo e as dificuldades financeiras decorrentes do reflexo da economia do país, o salário das professoras passou a ser importante não mais só para elas, mas também na vida da família e, em alguns casos, tornou-se mesmo sua principal forma de sustento. Para as mulheres que tornaram-se professoras as escolhas foram realizadas nas fímbrias da vocação, na auréola santificada da missão e no cerne da necessidade, qualificações aliadas à busca de uma identidade profissional feminina e dentro das possibilidades que lhes eram oferecidas.

Dessa forma, o século XX descortinou para as mulheres um universo antes encoberto nas penumbras domésticas do século XIX e entreabriu-lhes o



espaço da profissionalização e de uns primórdios de liberdade e autonomia financeira, representando uma outra forma de estar no mundo. Tudo isso num estado de moderação, de provincianismo e de tradicionalismo interiorano, bem brasileiro e bem paulista.

O mundo da casa e o espaço público

No interior do Estado, ser mulher nas décadas de 1940 e 1950 era legitimizar muitas crenças e padrões estabelecidos nos anos iniciais do século tal a força e permanência das mentalidades. A família paulista era solidamente estruturada e formalmente constituída, onde as relações parentais estabeleciam-se de forma hierárquica, havendo grande respeito para com os pais e rigidez na educação dos filhos. O pai, nessa classe média que tomava corpo no cenário interiorano paulista, legitimado pela legislação vigente no Código Civil de 1916, era considerado chefe da casa e cabeça do casal e sua autoridade era inconteste. A mãe incumbia-se das lides domésticas e do cuidado com os filhos e, normalmente, nesse mister ocupava-se integralmente, raramente trabalhando fora de casa.

A vida em família alicerçava-se no respeito e na obediência. As moças eram severamente vigiadas e mantidas sob controle disciplinar pela família que encarregava-se de zelar pela sua reputação e sua honra. A ingenuidade e fragilidade eram atributos desejáveis e admirados, juntamente com a pureza, representada pela virgindade, uma imagética que se amparava no arquétipo da Virgem da religião católica, embora mesmo as que não fossem católicas fossem instadas a seguir essa aproximação. Para manter as jovens intocadas da maledicência e impedir arranhões que maculassem sua dignidade raramente lhes era permitido sair sozinhas, mesmo para irem a lugares respeitáveis.

No período um tipo de publicação fez grande sucesso entre as jovens, a *Biblioteca das Moças*. Os romances dessa coleção foram analisados por Maria Teresa S. Cunha (1994) que aborda as representações de mulher e professora veiculadas na coleção. Os romances tiveram grande repercussão dos anos 1940 aos anos de 1960 e eram traduzidos, principalmente, do francês, sendo as obras mais difundidas as de M. Delly, pseudônimo literário de um casal francês. As histórias remontam a um passado europeu,

incluem membros da aristocracia e influenciaram o imaginário das jovens e senhoras que se espelhavam na França como pólo cultural e educacional do mundo civilizado.

Esses livros, lidos por nove entre dez mocinhas casadouras, incentivados pelos colégios religiosos e contando com a aprovação dos pais, foram capazes, no nível das representações, de modelar o imaginário feminino e normatizar condutas. No modelo feminino divulgado por esse tipo de literatura, as mulheres deveriam ser bondosas, castas, puras, discretas, com capacidade de sacrifício e renúncia. A submissão e a doçura compunham o seu padrão ideal, cujo reinado era no lar. A delicada natureza feminina deveria ser preservada, o que lhe inviabilizava exercer outras profissões assalariadas, exceção feita ao magistério e enfermagem pela aura de despreendimento e sacrifício que revestia tais profissões.

A extrema religiosidade derivada da influência do catolicismo, os preceitos morais da sociedade, aliados à uma legislação civil absolutamente conservadora, pregavam a indissolubilidade do matrimônio. Nem a sociedade, nem a família aceitavam a possibilidade de um divórcio que, aliás, ainda nem existia na legislação brasileira. Se uma separação acontecesse, a mulher passava a ser apontada e menosprezada, embora o mesmo não pudesse ser feito com a viúva dado que a viuvez possuía uma aura de respeitabilidade. Muitas vezes, o casar-se para sempre para as mulheres, por razões morais, estendia-se mesmo após o falecimento do marido, costumes que tornavam os cônjuges para sempre prisioneiros de suas escolhas.

No interior da família procurava-se dar uma boa educação geral e ensinar às jovens as prendas domésticas, porém a educação sexual era inexistente e as moças, freqüentemente, casavam-se sem ter nenhuma noção sobre sexo, menstruação, gravidez e parto. O mesmo passava-se com os rapazes que acabavam aprendendo no mundo da rua ou em discutíveis manuais de sexo aquilo que necessitavam saber para sua vida íntima.

A invenção do casal no século XIX, a influência da Igreja e o discurso médico-higienista legaram ao século XX o repúdio ao celibato e o apoio irrestrito ao matrimônio sem, no entanto, instruir os futuros cônjuges sobre a sexualidade. A mentalidade vigente apelava ao sexo dentro do casamento sacramentado pelo rito católico, inculcando um ideal de pureza para o casal, às vezes transigido pelos homens, mas impensável de ser rompido para



as mulheres. Também se acreditava que manter as jovens na ignorância era o melhor caminho para preservar sua castidade:

○ meu casamento realizou-se. Nessa noite, Albert comportou-se ir-repreensivelmente. Nenhuma precipitação exagerada. Nenhuma brutalidade. Agiu como um dentista que faz parar a broca quando o nervo reage e diz “pode lavar”, quando uma pausa se impõe. Enfim, a coisa fez-se. Mas a cura da minha ignorância não impediu que a prova noturna se renovasse como um fardo e não como um prazer. (REBOUX apud ADLER, 1983, p. 71).

○ casamento era o destino natural e o grande sonho da jovem interiorana que nele via a possibilidade de sair da casa paterna e construir seu próprio espaço privado. Os agentes sociais incutiam a idéia de que ser mãe e dona de casa constituía-se na principal missão feminina e nisso não divergiam do discurso vigente no século anterior. A literatura romântica ressaltava o desejo do matrimônio e um bom romance de amor nunca poderia eximir-se de estampar no fim o enlace do apaixonado casal, da mesma forma que os contos de fadas já haviam impregnado o imaginário das meninas. Não casar-se significava não conseguir realizar-se como mãe, o que era motivo de infelicidade para a jovem e para sua família. Quando isso acontecia, e devia acontecer até com uma certa freqüência, dado que o número dos representantes dos dois sexos nem sempre coincidia e com o êxodo dos rapazes para tentar a vida na grande cidade, a moça solteira permanecia na casa paterna, incumbida de cuidar dos pais na velhice e dos sobrinhos e sobrinhas. Esculpia-se assim a solitária figura da solteirona, transformada em tia, carola, impertinente, ou santa dedicada, sem vida própria, virgem a contragosto.

87

A escola como prolongamento do lar

A instituição escolar era o espaço público que interagiu ativamente com a sociedade, impunha seus valores na privacidade e veiculava normatizações num mundo ainda bastante provinciano, apegado a tradições passadas, de longas descendências e estreito parentesco. A sociedade alia-se à escola nas campanhas para elevar a educação da população e nesse cenário os professores e as professoras, assim como os administradores

do campo educacional, possuíam inegável prestígio representado pelo aspecto intelectual da profissão. Os manuais de Economia Doméstica davam conselhos sobre higiene pessoal e da habitação, arranjo da casa, conservação das roupas, preparo dos alimentos, contabilidade doméstica, noções de puericultura, recomendações às donas de casa e às mães, porém não se referiam a sexo. Os conselhos às noivas da escritora Júlia Lopes de Almeida, até há bem pouco tempo faziam parte desses manuais e exortavam as jovens a abraçar o dever sagrado da maternidade e a responsabilidade para com a Pátria, atribuindo-lhes a missão de formar os futuros cidadãos e os dirigentes da nação, tudo isso sob a égide da moral e da religiosidade. Ao colaborar para regradar o comportamento feminino e incentivar as mulheres a casarem, serem mães, cuidarem dos filhos e responsabilizarem-se pelos cuidados higiênicos, morais e religiosos da família, a escola adotava a mentalidade rígida e moralista da época e negava-lhes o conhecimento do próprio corpo, do seu funcionamento e suas funções, ministrando uma educação desvinculada da realidade e dos preceitos da natureza.

Como normatização da conduta feminina passava necessariamente pela ignorância e pela omissão deliberada em instruir as mulheres acerca da sexualidade, isso significava vigiar os relacionamentos amorosos, as leituras, os filmes, as amizades, os passeios e até mesmo a educação recebida na escola. A Escola Normal as ensinava a serem mães e fornecia noções de puericultura e economia doméstica, mas não as instruía sobre como se processava a reprodução humana. A norma social queria que as jovens compreendessem o que delas se esperava do ponto de vista do desempenho do papel materno, mas isentava-se de fornecer informações acerca dos atos físicos que isso comportava. A educação religiosa e o culto ao arquétipo da Virgem da religião católica encarregava-se de reforçar essa tessitura de normas sociais e preconceitos morais, esforçando-se por alijar da privacidade o ônus do *pecado*. Os dogmas da Igreja encontravam reforço numa sociedade que impunha a interdição do amor carnal fora do matrimônio, sendo duras as penas impostas às transgressoras. Os tratados de higiene reforçavam essas proibições ao eximir de seus preceitos toda e qualquer conotação com a sexualidade. E para o casal o ato sexual só se justificava se fosse com o objetivo de gerar filhos, retirando do casamento qualquer sugestão de sensualidade.

A escola, vista como uma continuação do lar, mantinha o mesmo cerimonial usado na família, como a ordem, a submissão, o bom comporta-



mento, o respeito aos mais velhos e à autoridade, no caso, os professores, e a subordinação de todos à figura do diretor. Os ritos escolares em muito assemelhavam-se aos praticados na casa e na Igreja. As escolas normais situadas em algumas cidades do interior do Estado nem sempre podiam atender às necessidades de escolarização de todas as jovens por ser impensável que estas tivessem que deslocar-se para outros locais para estudar. A opção encontrada pelas famílias foi o colégio religioso mantido pela Igreja Católica, nos mesmos moldes do que acontecia na capital paulista e que passava a oferecer, além do básico, também o Curso Normal para as meninas. Enquanto as escolas estaduais adotaram o regime co-educativo de inspiração norte-americana, esses colégios mantiveram a educação diferenciada e abriram cursos só para o sexo feminino.

A Escola Normal que na década de 1930 já havia alicerçado-se no aparelho escolar da época e ministrava um curso propedêutico, idealista e desvinculado da realidade, do ponto de vista das professoras era um curso de qualidade que empregava bons métodos de ensino, possuía excelentes programas e tinha ótimos professores. Nesse período, o sistema escolar ainda engatinhava em busca de padrões de excelência que pudessem colocar a educação escolarizada brasileira no nível dos países mais progressistas. A escola pública que surgiu de um projeto sócio-político e ideológico bem configurado, tinha na Escola Normal a instituição veiculadora dos modernos métodos de ensino e das mais avançadas concepções pedagógicas.

O exercício da profissão docente era tido em alta conta pelos dirigentes educacionais, pelos professores e professoras, pais, alunos e alunas. Se existisse um real pendor para o ensino, o adequado preparo técnico incumbir-se-ia de inserir padrões de excelência profissional nos professores. O discurso recorrente e as constantes referências ao valor e à dignidade do trabalho do professorado primário e aos seus atributos de vocação e sacerdócio tinha sua razão de ser e alocava seus princípios numa visão otimista do poder da educação pregado pelo Liberalismo e pelos arautos da Escola Nova. Desse ponto de vista, o gostar de crianças e o amor pela profissão, mais uma conduta pessoal acima de qualquer crítica, não se desvinculavam da competência técnica necessária para o bom exercício profissional. Ao aliar a competência ao amor à profissão, à vocação e ao dever cívico de preparar futuras gerações, o discurso vigente mostrava coerência com o pendor patriótico e ufanista que disseminava-se pelo país. Além disso, uma

categoria profissional com esses requisitos seria imbatível como força de vanguarda para colocar o país entre as grandes nações do mundo.

A mulher que lecionava era bem aceita e apontada às moças como exemplo de honestidade e ideal a ser seguido. O mesmo acontecia com o professor. A família tinha a professora e o professor em grande consideração e estes detinham um prestígio social que estava em claro desacordo com a remuneração salarial percebida. A fama de excelência das escolas normais e a aprovação social do trabalho feminino no magistério, mais razões de ordem econômica, nesses anos que beiravam a metade do século, consolidou a ocupação desse espaço profissional para as mulheres.

A vontade de estudar e conseguir um diploma significava muito para as jovens e representava as expectativas de uma classe social que buscava ascender socialmente através da escolaridade. Do gosto pelo estudo ao prazer pela profissão foi uma conseqüência natural e que acompanhava as formulações ideológicas dos agentes sociais e educativos do período. O desempenho de uma profissão impregnada de características *nobres*, anulava a antiga mentalidade que repudiava a idéia de trabalho assalariado para o sexo feminino, herdada dos tempos da Colônia, e passava a ser atraente para a classe média e para as moças que procuravam pelo magistério. As jovens, quando saíram de suas casas para lecionar, passaram a valorizar cada vez mais o salário, até mais do que a autonomia pessoal adquirida nesse movimento. Superando um discurso de menosprezo ao numerário recebido pelas professoras que permaneceu no imaginário popular por décadas, e que considerava esse salário insignificante no orçamento das famílias, a remuneração era importante e muitas ajudaram a sustentar famílias numerosas devido a insuficiência da renda do pai⁴.

O sexo feminino que até então vira-se confinado à simples execução de tarefas domésticas e às veleidades de uma educação centrada em pinceladas de cultura supérflua, via assim a chance de poder ser parte do cenário sócio-econômico e isso significou um salto qualitativo em relação ao que haviam vivenciado suas mães e avós. O magistério, pela aura de que era revestido pelo imaginário da época, as eximia do rótulo de estarem apenas prestando um serviço ou vendendo sua força de trabalho, o que, do seu ponto de vista, transcendia a simples relação de troca. A docência possuía uma dignidade comparável às mais *nobres* missões e pela primeira vez elas



foram necessárias no espaço público e sua contribuição foi considerada e requisitada.

Para essas mulheres o magistério representou a concretização do desejo através da coragem de ter ousado. Nas narrativas das professoras percebe-se claramente o discurso afetivo que existe em relação à profissão que um dia exerceram. Palavras como amor, afeto, solidariedade, maternidade, aparecem entremeadas com as lembranças e alinhadas com um claro sentimento de orgulho e prazer pelo que um dia realizaram. Isso as faz, nas representações simbólicas que elaboram sobre o passado profissional, terem consciência de que realizaram algo e desempenharam um papel social no espaço público que consideram muito relevante.

Na vida, mulheres; na escola, professoras

Nos anos 1940 e 1950, apesar de um pretense discurso igualitário advindo dos meios mais intelectualizados que atribuíam às mulheres a mesma inteligência que a dos homens, o imaginário social ainda custaria muito para assimilar esses preceitos. Esse desnível no potencial cognitivo permitia que obstáculos fossem colocados à ascensão das mulheres nas profissões disputadas pelo segmento masculino, o que se verificou até mesmo no campo educacional. O discurso oficial da predominância da vocação em detrimento de outras capacidades intelectuais, acobertava o prolongamento do sistema discriminatório para a profissão de professora, que deslocava-se agora do trabalho doméstico para a ocupação de um grande espaço profissional no ensino primário. As professoras poderiam lecionar nas classes infantis masculinas, femininas e mistas, isso já estava consolidado e era aceito sem mais delongas. De acordo com a mentalidade vigente, as mulheres possuíam notável inclinação para a educação de crianças pequenas, eram maternais, meigas, bondosas, sabiam entender a infância e fazer da escola o seu segundo lar, portanto seu trabalho nesse grau de ensino passou a ser plenamente aceito. Porém, não lhes era dado preencher cargos de chefia e de direção, nem ocupar espaços nos graus superiores do sistema escolar apesar de seu acesso ao ensino superior ter se dado na década de 1930, nas faculdades de educação.

A situação social e familiar e os modelos culturais desenvolvidos cotidianamente levavam as professoras a considerarem normal que o homem, da mesma forma que o fazia no espaço privado, também encabeçasse a organização das escolas. Porém é verdade que entre os inspetores, diretores e demais dirigentes do ensino, havia alguma resistência quanto a ocupação das mulheres nos cargos de direção e a nomeação de uma diretora era motivo de espanto e de dúvida acerca de sua competência para o cargo. O preconceito contra mulheres que tentavam ocupar carreiras consideradas masculinas fazia com que se lhes atribuissem estereótipos e o mesmo acontecia com estas na direção de escolas. Aquelas que dirigiam-se para profissões consideradas não femininas eram do ponto de vista reinante as que não haviam realizado-se afetivamente ou não tinham atributos de beleza.

No espaço privado, através de valores tradicionais e culturais, as mulheres eram submetidas ao poder do pai, do homem provedor e regulador de seu destino. Na escola, os mecanismos de controle ideológico e a distribuição desigual do poder tornavam a mulher submissa ao modelo organizacional escolar e as levava a acatar um papel subalterno dentro de uma instituição que havia se tornado seu espaço profissional. Aceitavam ser vigiadas, observadas e ter sua conduta atrelada às normatizações sociais e escolares mas detinham um poder invisível em sala de aula que as tornava autônomas em relação à sua prática e que possuía componentes de prazer e realização pessoal. Nessa opção, entre o desejo e as exigências da vida cotidiana havia que se preservar o primeiro, afinal o modelo social da pretensa ociosidade feminina herdado dos tempos coloniais ainda repercutia na imagética social da classe média. Acobertar a concreticidade do trabalho, sob o manto do prazer, vinha ao encontro de um ideal de feminilidade que em nada desmerecia a mulher, pelo contrário, a dignificava. Eram as alternativas autorizadas socialmente, a conquista, o esforço, o possível.

As professoras que formavam-se pelas escolas normais possuíam uma maneira de enfrentar a vida profissional e seus problemas que derivavam mais de uma maneira de ser e da educação recebida no lar, do que um preparo que pudesse ser conseguido somente com o curso. Nesse período, o sistema escolar ainda engatinhava em busca de padrões de excelência que pudessem colocar a educação escolarizada brasileira no nível dos países mais progressistas, adotando a perspectiva do escolanovismo e do ideal norte-americano. A escola pública que surgiu de um projeto político e ideológico



alicerçado nas práticas sociais de então, tinha na Escola Normal a instituição veiculadora dos modernos métodos de ensino e das mais avançadas concepções pedagógicas. Assim, a escolha profissional das jovens passava necessariamente por essa idéia de freqüentar um curso de qualidade, que proporcionava uma excelente cultura geral e preparo adequado para exercer uma profissão a qual, por sua vez, era reputada como digna e prestigiada, fosse ela exercida por homens ou por mulheres. Porém, os professores de um modo geral, apesar de possuírem um estatuto profissional que lhes dava uma aura de respeito público comparável à dos juizes, advogados, promotores e delegados, faziam parte de uma categoria profissional que desfrutava de um prestígio advindo do saber e não do poder aquisitivo.

Concluindo

Nos anos que beiravam a metade do século se consolidou em definitivo a ocupação do magistério como espaço profissional feminino. Um trabalho remunerado impregnado de características nobres conforme apregoava a imagética social de então, era bastante atraente para as moças e para suas famílias pois, além disso, representava um acréscimo na renda familiar e era uma garantia de subsistência para as que, por um motivo ou outro, não se casassem, dadas as reduzidas ou até inexistentes oportunidades profissionais. Portanto, estudar e ter um diploma significava muito para essas jovens e representava as expectativas de uma classe social que buscava ascender socialmente através da escolaridade.

A idéia de que as professoras eram incapazes para o desempenho dos cargos mais elevados no ensino, centrava-se na incorporação pelo imaginário social de que eram possuidoras de pouca energia e grande fragilidade física e emocional. Além disso, se não tinham tendência para o mando e a autoridade, não poderiam manter a necessária disciplina no ambiente escolar. Isso era compartilhado pelas próprias professoras e o preconceito disseminava-se em toda a sociedade. Considerando-se pouco dotadas para os cargos administrativos, também viam com desconfiança as mulheres que, porventura, lograssem alcançar um desses patamares no ensino. E não bastasse a oposição masculina, havia também a resistência feminina em incorporar à atuação profissional atributos que pudessem colocá-las nos espaços masculinos.

Os depoimentos das professoras permitiram recuperar fragmentos de sua história e da história da sua profissão que não esgotam o muito que ainda se tem a contar sobre elas e por elas. Essa memória mostrou mulheres empenhadas em realizar um trabalho no qual gostar de crianças, amor pela profissão, vocação, qualidades apregoadas pelo discurso social e pelo poder público, não se desvinculavam da competência necessária para o seu desempenho. A recuperação das suas lembranças significou desvendar vidas femininas do passado e de toda uma categoria profissional. Nestas apareceram com nitidez as diferenciações sexuais impostas pela sociedade e o magistério foi representado como uma profissão talhada desde o início para o sexo feminino. O casamento e a maternidade emergiram como os desejos prioritários, passíveis de serem harmonizados com o desempenho da educação de crianças e foi possível perceber que esses mesmos atributos de afeto e de vocação também faziam parte das fontes de satisfação que lhes conferia a atividade profissional conjugada com a realização pessoal. Suas lembranças permitiram rever a trajetória de suas vidas e de um trabalho realizado no interior das instituições escolares que foi o responsável, e ainda continua sendo, pela instrução básica de várias gerações de brasileiros.

94

Sabe o que eu acho? A questão do que você quer ser, o que você vai ser, até para a meninada de hoje, os adolescentes [...] A gente nunca quer ser aquilo que não conhece. Depois que você faz uma coisa que você conheça, aí você tem amor. Então se dedica de corpo e alma para conhecer aquilo que você não conhecia. E descobre! Não é só falar, aí eu não tenho jeito para isso! Não, você não tem é o conhecer daquilo que vai ter nas mãos. Uma pessoa responsável, que estuda, que se dedica de corpo e alma... Você não queria? Não, você não conhecia! Eu fui fazer Normal, gostei demais, fiz outros cursos depois, mas achei que não podia ter feito coisa melhor na vida que não fosse lecionar. Era minha paixão lecionar! Aquele amor, aquela intimidade com os alunos, aquele carinho, a participação na vida das famílias. Ah! Era muito bonito, viu? Era muito bonito! Sabe o que é paixão? Uma paixão! (D. MARIA EUGÊNIA, 1994).



Notas

- 1 Artigo baseado em projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, na modalidade Bolsa de Produtividade em Pesquisa.
- 2 Utilizamos o masculino genérico da forma apresentada pelo autor. No entanto, consideramos que do ponto de vista das relações de gênero, o mais apropriado seria usar a terminologia homens e mulheres, já que o mundo é habitado pela humanidade e conseqüentemente pelos dois sexos.
- 3 Mulher e educação: a paixão pelo possível, 1996. A tese foi posteriormente publicada com o mesmo título pela Editora da Unesp, 1998.
- 4 Esses dados encontram-se nos depoimentos das professoras entrevistadas e podem ser encontrados no livro Mulher e Educação: a paixão pelo possível, 1998.

Referências

- ADLER, Laura. **Segredos de alcova: história do casal**: 1850-1930. Lisboa: Terramar, 1983.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- ARIÉS, Phillipe. **O tempo da história**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'água, 1992.
- BICALHO, Maria Fernanda. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CUNHA, Maria Tereza Santos. Biblioteca das moças: contos de fada ou contos de vida? Projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 11, p. 141-147, nov. 1994.
- DONA MARIA EUGÊNIA. **Entrevista**. 1994. (In memoriam).
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 18-32, 1989.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Profa. Dra. Jane Soares de Almeida
Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Educação
E-mail | jane@fclar.unesp.br

Recebido 5 ago. 2006

Aceito 7 out. 2006